

MARIA LIGIA COELHO PRADO

**SER OU NÃO
SER UM BOM
VIZINHO:
AMÉRICA
LATINA
E ESTADOS
UNIDOS
DURANTE
A GUERRA**



Guerra

As relações internacionais entre a América Latina e os Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial, caracterizaram-se por uma sólida aliança diante dos países do Eixo. Esse período foi marcado pelas práticas da, assim batizada, política da Boa Vizinhança, tantas vezes apresentada como o melhor exemplo de boa vontade da parte dos norte-americanos, assim como da possibilidade concreta da existência de uma real harmonia continental (1). Este artigo pretende analisar tais práticas, demonstrando como as manifestações de “boa vizinhan-

ça” carregavam outros objetivos e intenções, sinalizando o lugar dominante que os Estados Unidos ocupariam depois da guerra. Os estrategistas norte-americanos haviam entendido que a guerra era uma cartada definitiva que redefiniria as relações internacionais, e a América Latina, como área de influência, precisava ser bem preparada. Dessa forma, certas políticas, iniciadas durante esse período, constituíram-se nos alicerces da consolidação, no pós-guerra, do poder norte-americano no continente.

Para começar, é interessante

MARIA LIGIA COELHO PRADO é professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo.

ACIMA, CARMEN MIRANDA EM CAPA DA REVISTA *O CRUZEIRO*, DURANTE SUA ESTADIA NOS EUA; AO LADO, WALT DISNEY EM 1941, DURANTE VISITA À ESCOLA DE SAMBA DA PORTELA, NO RIO - FOTOMONTAGEM COM SEU PERSONAGEM ZE CARIOCA

fazer um breve comentário sobre a historiografia do tema. Nos Estados Unidos, embora haja textos bastante críticos com relação aos posicionamentos norte-americanos, ainda é muito forte uma corrente mais tradicional que, procurando manter um aparente tom neutro e objetivo, sente-se muito à vontade quando trabalha com esse período (2). Comparando os tempos da "boa vizinhança" com o passado, é possível notar as diferenças, mostrando como as diversas intervenções armadas na América Central e Caribe terminaram, como a Emenda Platt foi eliminada, ou, ainda, como os marines deixaram a Nicarágua (3). Em geral, evitam-se os exemplos posteriores - não muito distantes no tempo - da Guatemala, em 1954, de Cuba, a partir de 1959, das ameaças à Nicarágua, depois de 1979, e das mais recentes invasões de Granada e Panamá.

Por outro lado, a bibliografia sobre o tema produzida pelos latino-americanos enfatiza os tons imperialistas da política norte-americana. Tal posição, quando radicalizada, apresenta os Estados Unidos como donos de um absoluto poder de decisão e os latino-americanos como marionetes manipuladas, a distância, pelas mãos dos estrangeiros. Fugindo dos estereótipos, Gerson Moura - estudando as relações entre Brasil e Estados Unidos - é um dos poucos autores a propor uma abordagem rica e elaborada, que, sem perder o viés crítico, não se permite cair em reducionismos simplificadores. Em seu trabalho, indica como as relações entre Brasil e Estados Unidos - dois países que não possuem o mesmo poder internacional - são intrincadas e complexas, oferecendo condições, em certos momentos históricos, ao país mais débil, de negociar, barganhar e alcançar algumas vantagens (4).

É dentro dessa perspectiva que este artigo pretende discutir algumas questões relativas aos encontros e desencontros entre os países do continente durante o conflito mundial. Na primeira parte deste texto, debateremos as variadas soluções encontradas, no âmbito das relações internacionais, por alguns países latino-americanos - Brasil, México, Bolívia e Argentina - no momento em que importantes interesses de ambas as partes estavam em jogo. É crucial notar como a iminência da guerra e a presença alemã foram a garantia de que fossem respeitados os princípios da "boa vizinhança". Convém, a seguir, elucidar a adoção e os supostos de tal política.

A "boa vizinhança" significou fundamentalmente uma mudança de posição dos Estados Unidos com relação aos direitos internacionais. Com ela, os norte-americanos estavam abordando - por pouco tempo, vale insistir - a política de intervenções na América Latina, que sempre se apoiara na justificativa de que seus interesses estavam sendo ameaçados. Para alguns, o movimento nesta outra direção aconteceu porque os Estados Unidos se sentiram bastante fortalecidos depois do final da Primeira Guerra Mundial, quando a Europa - a Grã-Bretanha em particular - perdeu seu lugar preponderante na América Latina. Assim, os presidentes Harding e Coolidge optaram, em alguns casos, por negociar ao invés de intervir, como nos conflitos com Honduras, em 1923, e com México, em 1927. Hoover resistiu a mandar tropas para o Haiti e Panamá, em 1929 e 1931, respectivamente, chegando a denunciar a política de uso da força militar "para assegurar ou manter contratos entre cidadãos norte-americanos e Estados estrangeiros ou seus cidadãos" (5).

Mas foram Franklin D. Roosevelt e seu subsecretário Sumner Welles que colocaram a bandeira da "boa vizinhança" como um dos pilares de sua política externa. Tal política baseava-se no respeito aos direitos de soberania nacional dos países latino-americanos, coisa que os Estados Unidos sempre advogaram em teoria, mas que, na prática, violaram constantemente, tornando claro que seus interesses estavam acima daqueles de qualquer outra nação do continente. A assunção de tal princípio aconteceu em 1936, na Conferência Inter-Americana de Buenos Aires, quando os Estados Unidos votaram incondicionalmente que nenhum país tinha o direito de intervir nos negócios internos de outro e, mais ainda, que a defesa do hemisfério ocidental era uma responsabilidade coletiva. Desde os tempos de John Quincy Adams e da formulação da doutrina Monroe em 1823, os Estados Unidos haviam se arrogado o privilégio de controlar a defesa do continente. Portanto, essa foi uma declaração histórica (6).

Esse novo posicionamento precisa ser entendido dentro do contexto político internacional. A depressão econômica dos anos 30, a ascensão de Hitler na Alemanha, suas ambições expansionistas, ao lado daquelas de Mussolini na Itália, sinalizavam a possibilidade de um conflito internacional de amplas proporções. Os analistas norte-americanos

1 A política da Boa Vizinhança tomou forma durante os governos de Franklin D. Roosevelt - seu primeiro mandato começou em 1933 - e se estendeu até o fim da guerra.

2 Para uma perspectiva crítica, ver, por exemplo, os trabalhos de Walter LaFeber, entre eles: *Inevitable Revolutions: the United States in Central America*, New York, W. W. Norton, 1984; ou *The Panama Canal: the Crisis in Historical Perspective*, New York, Oxford University Press, 1978. Para um texto mais tradicional, consultar: Bryce Wood, *The Making of the Good Neighbor Policy*, New York, Columbia University Press, 1961.

3 Esta emenda à constituição cubana foi proposta pelo senador Orville H. Platt, aprovada pelo Congresso norte-americano e, em seguida, pelo cubano (1901). Por ela, os norte-americanos passavam a ter, legalmente, o poder de intervir em Cuba sempre que seus interesses estivessem "ameaçados". Quanto à Nicarágua, os marines lá desembarcaram em 1912, permanecendo, com exceção de um pequeno intervalo entre 1925 e 1926, até 1933, quando Anastazio Somoza assumiu o comando da Guarda Nacional, treinada pelos ianques.

4 Cf. Gerson Moura, *Sucessos e Ilusões: Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

5 Citado por Armin Rappaport, *A History of American Diplomacy*, New York, Macmillan, 1975, p. 321.

6 Ver Elizabeth Anne Cobbs, *The Rich Neighbor Policy. Rockefeller and Kaiser in Brazil*, New Haven, Yale University Press, 1992, cap. 1.

compreenderam que a América Latina era peça fundamental para o jogo de poder no continente, e, portanto, precisava ser mantida como sua aliada. A Alemanha era particularmente temida pois, com a crise de 1929, havia realinhado suas estratégias comerciais, assinando acordos bilaterais que ofereciam nítidas vantagens, incluindo as "trocas de compensações" que se faziam sem a utilização de moeda. Na América Central, com a importância estratégica do Canal do Panamá, os germânicos tinham velhos e expressivos interesses econômicos. No caso do Brasil, a Alemanha havia se transformado em seu segundo mais poderoso parceiro comercial, só perdendo para os Estados Unidos, que pareciam assustados com seu avanço. Mas estes encontravam outras razões para temer o avanço alemão no sul do continente. Em sua perspectiva, havia muitos imigrantes alemães no sul do Brasil, na Argentina e no Chile, que facilmente poderiam aderir aos apelos germânicos. Saliavam outras afinidades, particularmente em termos militares, já que o exército do Chile havia sido treinado pelos alemães, e na Guerra do Chaco (1932-35), entre Paraguai e Bolívia, o exército boliviano - perdedor, é verdade - foi treinado por oficiais germânicos.

Entendidas essas premissas básicas, detenhamo-nos, agora, na análise das relações internacionais de alguns países latino-americanos com os Estados Unidos. Nosso primeiro exemplo é o do México. As relações entre os dois países, no século XX (7), foram marcadas por continuadas tensões, especialmente durante a Revolução Mexicana, quando o presidente Wilson determinou, em 1914, a invasão de Vera Cruz - prontamente rechaçada pelos mexicanos - e Pancho Villa comandou várias incursões pelo território norte-americano. Durante os anos 20, não houve sinais evidentes de que os desentendimentos houvessem terminado; foram se complicando com problemas de expropriações de terras de norte-americanos e de conflitantes interesses com relação à produção de petróleo. O governo de Lázaro Cárdenas (1934-40) não mudou este quadro. Ao contrário, aguçou as sensibilidades de certos setores do governo norte-americano, que viam Cárdenas como demasiadamente radical. As suspeitas se concretizaram, quando em 1938, num gesto de audácia, o governo mexicano nacionalizou a produção de petróleo, controlada por companhias norte-americanas. Alguns ingredientes tornavam

a nacionalização mais inaceitável, já que o incidente começou com uma greve de trabalhadores de petróleo, que ganhou respaldo do governo e desembocou na nacionalização. Adolfo Gilly afirma, em seu recente livro, que a decisão de Cárdenas, discutida longamente com seu amigo e conselheiro, Francisco Mújica (8), foi avaliada com precisão e argúcia, tendo em vista as condições internacionais do período.

A nacionalização desencadeou, nos Estados Unidos, um debate entre posições antagônicas. Havia uma forte corrente que advogava a intervenção armada, enquanto setores do governo pretendiam manter de pé os princípios da "boa vizinhança". O clima quente das discussões pode ser exemplificado com a posição defendida pelo influente jornal *The New York Times*. Em editorial de 23 de julho de 1938, propunha que os Estados Unidos respondessem de forma dura à rebeldia mexicana. Afirmavam:

"Obviamente, não existe outro modo que não seja a guerra para obrigar outro país a cumprir os compromissos que este, a todo custo, esteja decidido a rechaçar. O México pode expropriar sem compensações o que queira e quando queira. Mas não pode comer a torta e conservá-la ao mesmo tempo. Se está decidido a ignorar o que outras nações consideram como seus próprios direitos, terá que aceitar as conseqüências: que o capital estrangeiro e as empresas de negócios, de que tanto necessita para seu desenvolvimento, evitem daqui por diante dirigir-se a esse país" (9).

Não se pode esquecer que no ano anterior o governo já havia nacionalizado as estradas de ferro, entregando-as ao controle dos trabalhadores. Embora seu impacto internacional tivesse sido muito menor, parecia aos norte-americanos que era preciso dar um basta às pretensões mexicanas, ainda mais quando se tratava da altamente lucrativa produção de petróleo (10). A despeito das pressões internas nos Estados Unidos, não aconteceu a intervenção armada, os direitos de soberania foram respeitados e o resultado das negociações foi bastante razoável para os interesses mexicanos, se compararmos com épocas anteriores. Em 1941, durante o governo de Avila Camacho, os dois países chegaram a um acordo e liquidaram o conjunto de pendências

7 Não se pode esquecer que na metade do século XIX o México perdeu metade de seu território para os Estados Unidos numa longa e sangrenta guerra.

8 Francisco Mújica era o candidato de Cárdenas para sua sucessão nas eleições de 1940, mas não conseguiu a indicação oficial. Era visto como o continuador das políticas cardenistas, portanto, à esquerda da maioria do partido. Ver Adolfo Gilly, *El Cardenismo, una Utopía Mexicana*, México, Cal y Arena, 1994.

9 Citado por Adolfo Gilly.

10 A produção de petróleo no México era em 98% controlada por estrangeiros, norte-americanos em sua maioria.

gerais que se arrastava desde a Revolução Mexicana, incluindo as reclamações por danos causados em território norte-americano pelas citadas incursões de Pancho Villa. O México pagou 40 milhões de dólares, mas Washington abriu um crédito de soma similar para estabilizar o peso. Os norte-americanos ofereceram um segundo empréstimo de 20 milhões de dólares para reabilitar o sistema mexicano de transportes, facilitando a saída das matérias-primas de que os Estados Unidos necessitavam para a guerra. Por esse mesmo motivo, o Departamento de Estado voltou a comprar prata mexicana em grandes quantidades. A compensação exigida pelas companhias norte-americanas, pela desapropriação do petróleo, foi acertada com a intermediação do governo por um valor muito abaixo daquele que as companhias desejavam. O governo norte-americano foi enfático ao informar que 24 milhões de dólares era a última oferta, e a Standard Oil, a principal interessada, teve que se curvar (11).

Em abril de 1943, Franklin Roosevelt visitava o México e em Monterrey se encontrava com o presidente mexicano. Era a primeira vez que um presidente norte-americano visitava o país vizinho. Em troca de outro empréstimo de 18 milhões de dólares para reequipar seu exército, o México devia continuar a fornecer produtos primários e minerais estratégicos para a manutenção da máquina de guerra norte-americana. Estabeleceu-se, ainda, um acordo que permitia a entrada de trabalhadores mexicanos para compensar a falta de mão-de-obra agrícola, mobilizada pela guerra. Esse precedente transformou-se, posteriormente, no calcanhar-de-aquiles da política imigratória norte-americana, quando esta tentou controlar o fluxo de entrada de mexicanos no país.

As negociações com a Bolívia, que, um ano antes do México, num gesto de desafio, havia também nacionalizado sua produção de petróleo, tiveram soluções um tanto diferentes. Sem causar as mesmas espetaculares reações, os protestos das companhias norte-americanas, senhoras absolutas da produção petrolífera, foram, entretanto, igualmente fortes. Iniciaram-se emperradas negociações, durante as quais a Standard Oil jogou todas as cartadas possíveis, pressionando o governo norte-americano e acionando seus influentes contatos na Bolívia. Finalmente, chegou-se a um acordo durante a guerra, em 1942. Os Estados Unidos, que nunca ameaçaram dire-

tamente com uma intervenção armada, procuraram por outros meios defender os interesses das companhias petrolíferas. Levando-se em conta as desvantagens do governo boliviano, em termos de poder econômico e político, frente aos Estados Unidos, os resultados finais foram menos vantajosos que os alcançados pelo México. Não houve empréstimos, nem concessões especiais. Pelos termos do acordo, a Bolívia pagou à Standard Oil a quantia de US\$ 1.729.000 "pela venda de todos os direitos, juros e propriedades na Bolívia, como elas existiam antes de 13 de março de 1937" (12). Do lado boliviano, ficou garantido o direito de soberania nacional, sem intervenção armada, e do lado dos interesses petrolíferos assegurou-se a obrigação do pagamento de indenizações - aliás, mais do que satisfatórias - em caso de nacionalizações.

Nos dois casos mencionados, a política da Boa Vizinhança mostrou que as intervenções armadas estavam temporariamente suspensas. Os acordos alcançados corresponderam à importância estratégica de cada um dos dois países dentro do concerto continental. Do ponto de vista norte-americano, o desafiador México era fundamental para sua segurança, enquanto a Bolívia ocupava um lugar menos significativo nesse arranjo hemisférico. Sem dúvida, a guerra foi um fator determinante para o encaminhamento das soluções negociadas.

Durante esse período, Brasil e Argentina estabeleceram relações bastante diferentes com os Estados Unidos. O caso brasileiro é exemplar para o acompanhamento de negociações que alcançaram, com êxito, alguns objetivos específicos. Com o fantasma da Alemanha presente na mesa de discussões, o Brasil conseguiu 20 milhões de dólares - o governo brasileiro deveria colocar outros 25 milhões - de empréstimo a longo prazo para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, carro-chefe da política nacionalista de Getúlio Vargas. Além disso, em 1942, arrancou um vantajoso financiamento para rearmar as Forças Armadas, outra das metas do Estado Novo (13).

Por outro lado, o principal objetivo da política militar norte-americana, entre a metade de 1938 e o fim de 1941, havia sido o de impedir a construção de bases militares em território brasileiro. A costa do Nordeste era uma área estratégica fundamental para os Estados Unidos na eventualidade da guerra.

11 Para os problemas do petróleo, ver: Francisco Colmenares, *Petróleo y Lucha de Clases en México, 1864-1940*, México, Ediciones El Caballito, 1982.

12 Citado por Herbert S. Klein, "American Oil Companies in Latin America: the Bolivian Experience", in *Inter-American Economic Affairs*, vol. 18, nº 2, outubro de 1964. O governo boliviano acusou - e provou - que a Standard Oil estava mandando petróleo clandestinamente para a Argentina; este foi um dos episódios que precipitou a nacionalização.

13 Ver Frank D. McCann Jr., *The Brazilian-American Alliance (1937-1945)*, Princeton, Princeton University Press, 1973.

Em 1939, Góes Monteiro oferecera ao governo norte-americano a utilização de bases militares na região de Natal, incluindo a ilha de Fernando de Noronha, em troca da proteção da costa brasileira. Mas não obteve resposta. Com o desenrolar dos acontecimentos da guerra, os Estados Unidos recuperaram a oferta e estabeleceram negociações para a construção da base aérea de Parnamirim. No fim de 1941, a base estava funcionando, servindo como posto de abastecimento para as tropas que se dirigiam à África. Os alemães estavam definitivamente afastados da América do Sul, e Parnamirim demonstrou ser de substancial importância para a vitória dos Aliados.

O ponto alto de sua história foi o encontro, em janeiro de 1943, de Vargas com Roosevelt, que regressava da Conferência de Casablanca, em que foram discutidos temas de interesse. Como afirma McCann, Roosevelt parecia o dono da casa e Vargas, o hóspede. Mas Getúlio, sempre realista, não demonstrou ressentimento com seu aparente papel secundário. Talvez, consciente da situação, tenha procurado reverter essa imagem, declarando, numa entrevista à imprensa, que chegara a Natal na noite anterior ao desembarque de Roosevelt, porque "o dono da casa deve esperar pelo hóspede" (15). Roosevelt não parecia nada incomodado com as contradições de princípio envolvidas nesse encontro. Os Aliados justificavam sua luta contra o nazi-fascismo com a bandeira da democracia, mas negociavam, sem qualquer aparente apreensão, com um ditador que havia suprimido as liberdades democráticas em seu próprio país.

O pragmatismo de ambas as partes saía vencedor, e as boas relações entre os dois países, mais uma vez asseguradas nesse encontro, foram festejadas como uma ampla vitória da diplomacia brasileira. Os acordos com os norte-americanos incluíam, além dos já mencionados empréstimos a Volta Redonda e ao rearmamento das Forças Armadas, a concessão do pedido de envio de tropas brasileiras para a guerra (16). Esse gesto marcava o lugar preeminente que o Brasil, com o aval norte-americano, pretendia manter dentro do quadro geopolítico sul-americano, especialmente em seus confrontos diplomáticos com a Argentina.

A Argentina, por outro lado, ficou numa posição bastante particular no contexto continental desses anos. Tradicionais parceiros comerciais da Grã-Bretanha, os argentinos en-

frentaram, depois do golpe conservador de 1930, uma década de dificuldades econômicas e políticas. Nos anos que antecederam à guerra, o governo argentino não propôs uma aproximação com os Estados Unidos, mantendo-se bastante isolado. Quando a guerra começou, havia muita simpatia pelo Eixo, particularmente dentro das Forças Armadas, onde um grupo de jovens oficiais ganhava espaço político crescente. Dentre eles, contava-se o futuro presidente Juan Domingo Perón (1946-55), ainda distante da espetacular liderança que futuramente exerceria. Foi esse grupo que comandou o golpe militar de 1943, que acabou com os procedimentos parlamentares democráticos. Os golpistas, em um manifesto secreto, declaravam que desejavam garantir a supremacia argentina na América do Sul, elegendo o Brasil como principal adversário. Entretanto, apesar de todas essas circunstâncias, o governo militar teve que se curvar às pressões dos Aliados, especialmente dos Estados Unidos, e, simbolicamente, declarou guerra ao Eixo em janeiro de 1944. Mas, de forma diferente do Brasil ou México, essa subordinação não trouxe qualquer tipo de vantagem ao governo argentino. Não foram conseguidos empréstimos ou outras concessões menores. Este mesmo padrão de relações foi mantido durante os anos posteriores à guerra (17).

A necessidade de garantir, antes e durante a guerra, o apoio da América Latina levou os Estados Unidos a se permitirem uma série de concessões e a se manterem distantes das intervenções armadas. Do lado latino-americano, a habilidade de seus políticos e as potencialidades nacionais, aliadas a sua posição estratégica e às circunstâncias específicas do momento histórico, determinaram as possibilidades de maior ou menor independência e subordinação diante das imposições norte-americanas.

Os Estados Unidos souberam construir políticas de atuação que garantiram seu lugar de primazia no continente depois de 1945. Com essa observação, estamos abrindo a discussão de um segundo grupo de questões e indagando como a política da Boa Vizinhaça contribuiu para o crescimento de tal poder internacional. Iniciemos com um dado básico, qual seja, a influência militar norte-americana na América Latina. Na década de 20, inaugurava-se, no Brasil, uma tímida prática, com a chegada de uma missão militar de dezesseis oficiais e dezenove suboficiais, que permane-

14 Osvaldo Aranha preparou as reivindicações do Brasil. Entre outros itens, constavam: a) consolidação da preeminência brasileira na América do Sul; b) maior influência sobre Portugal e suas colônias africanas; c) desenvolvimento das indústrias pesada e de guerra; d) desenvolvimento de seus potenciais aéreo e marítimo; e) uma solidariedade mais íntima com os Estados Unidos. Cf. Frank McCann Jr., op. cit., p. 306.

15 Citado por Frank McCann Jr., op. cit., p. 307.

16 É preciso lembrar que a Força Expedicionária Brasileira combateu sob a direção dos comandantes norte-americanos, guardando sempre uma posição subordinada.

17 Para uma análise detalhada dessas questões, ver: Robert A. Potash, *The Army and Politics in Argentina, 1928-1945: Yrigoyen to Perón*, Stanford, Stanford University Press, 1969.

ceram por quatro anos, constituindo-se no primeiro extensivo treinamento militar ocorrido na América Latina. Em janeiro de 1938, os Estados Unidos tinham apenas seis adidos militares na América Latina, número bastante inexpressivo. Somente o Brasil, México e Cuba tinham postos exclusivos, enquanto os outros três adidos deveriam cobrir vários países. Com relação a missões militares, uma, formada por quatro homens, estava estacionada no Brasil e outra, de um único militar, encontrava-se na Guatemala. Em fins de 1938, já eram 38 os oficiais na América Latina e, em 1941, o total alcançava 100, com quase todos os países recebendo algum tipo de aconselhamento militar (18). A partir dessa data, o Departamento de Estado, dando continuidade à política corrente durante a guerra, decidiu ampliar sua influência militar, propondo treinamento militar em escolas norte-americanas - ou nos próprios países latino-americanos - e trabalhando pela promoção da venda de armamentos para as Forças Armadas latino-americanas (19).

Outro setor que mudou inteiramente com a guerra foi o dos transportes aéreos. Antes do conflito, britânicos e alemães disputavam a primazia em termos da aviação internacional. Os primeiros conduziam metade do tráfego mundial, relegando os Estados Unidos a um lugar bastante insignificante (um nono do total). Em 1943, os britânicos já tinham perdido sua supremacia, reduzidos a meros 12%, e os Estados Unidos haviam crescido para 72%, indicativo do futuro vencedor na competição internacional. Com relação à América Latina, antes da guerra, três companhias aéreas ligavam-na à Europa: Lufthansa, Air France e Lati (italiana), todas controladas pelos respectivos governos. A Pan-American, cujos laços com o Estado norte-americano eram estreitos, recebera relevantes subsídios para manter as linhas que ligavam a América do Sul, Central e Caribe aos Estados Unidos (20). Para se ter uma idéia das dificuldades da manutenção de linhas lucrativas para a América Latina, basta lembrar que, em 1939, levava-se cinco dias para viajar de Nova York ao Rio de Janeiro. Em 1940, com o DC-3, esta duração caiu para três dias.

O embate central pelo domínio das linhas aéreas na América Latina se deu entre os Estados Unidos e a Alemanha. O Brasil é um bom exemplo para entendermos essas disputas. Enquanto a Panair era subsidiária da Pan-

American, a Condor pertencia à Lufthansa; ao lado delas, estavam Varig e Vasp, também controladas pelos alemães e com fortes ligações com a Lufthansa. Em 1941, o governo dos Estados Unidos colocou na lista negra as companhias aéreas latino-americanas controladas por alemães e ofereceu empréstimos substanciais para que essas empresas passassem para mãos nacionais (21). O desfecho dessa batalha paralela pelo controle da aviação foi longo e difícil, com a vitória da Pan-American, fortemente apoiada pelo Departamento de Estado norte-americano. Em termos internacionais, depois da guerra, a supremacia aérea dos Estados Unidos estava garantida.

Buscando outras aproximações, passemos para o campo das práticas culturais e de propaganda política. Nesta área, sem dúvida, a política da Boa Vizinhança, umbilicalmente ligada às necessidades da guerra, marcou a "chegada de Tio Sam" à América Latina (22). Porém, antes de sua "chegada", é preciso reconstituir os passos dados pelo Departamento de Estado norte-americano, nos anos que antecederam o conflito mundial, na preparação de tal tarefa. Tomando a Alemanha como espelho, o crescente avanço político germânico na América Latina começava a causar sérias preocupações em Washington. Em 1938, os Estados Unidos se prepararam diplomaticamente para a confrontação. Nesse ano, o secretário de Estado, Cordell Hull, constituiu um órgão denominado de Divisão das Repúblicas Americanas que, já no fim daquele ano, continha catorze escritórios, dentre os quais o de cooperação militar, o de comércio e outro preocupado com as atividades germânicas. O primeiro investimento concreto em termos de propaganda foi uma política de transmissão internacional de rádio para, segundo seus propositores, contrabalançar os avanços da propaganda alemã. Em maio, foi criada a Divisão de Relações Culturais no Departamento de Estado para incentivar todo tipo de cooperação intelectual. Em junho, o Congresso aprovou o envio de técnicos de rádio norte-americanos para outros governos, particularmente os da América Latina. Com um subsídio federal, a companhia de navegação Moore-McCormack inaugurou linhas regulares de serviço entre Nova York, Rio de Janeiro e Buenos Aires - a viagem levava catorze dias - em navios reformados e rebatizados de "Brasil", "Argentina" e "Uruguai", com tão boas acomodações quanto aquelas oferecidas pe-

18 Ver Frank D. McCann Jr., op. cit., cap. 4.

19 Note-se, ainda, que antes da guerra as Forças Armadas norte-americanas guardavam modestas proporções se comparadas com os tempos posteriores da Guerra Fria. Em 1938, o Exército possuía aproximadamente 147.000 homens, dos quais apenas um quarto se encontrava acantonado fora do país, sobretudo na zona do Canal do Panamá e nas Filipinas (ainda colônia americana). A Marinha tinha uns 130.000 homens, com a frota concentrada, em sua maior parte, na costa do Pacífico, para defender-se de um possível ataque japonês. Cf. Rick Waddell, "U.S. Considerations of Force in the Mexican Oil Crisis: an Organizational Viewpoint", dezembro de 1989, original não publicado, pp. 13-4; citado por Adolfo Gilly, op. cit., p. 323.

20 As ligações entre a Pan-American e o Estado norte-americano, incluindo a CIA, são bastante conhecidas e documentadas. Até 1935, por exemplo, eram seus, sem qualquer concorrência, os contratos para o correio aéreo federal. Roosevelt quis estimular a competição entre as companhias aéreas, mas a guerra impediu esse movimento, guardando para a Pan-American durante a guerra um lugar destacado.

21 Ver Frank McCann Jr., op. cit., cap. 8. Foi no processo acima mencionado que Varig e Vasp passaram para a propriedade de capitais brasileiros públicos ou privados. A esse respeito ver: Hélio Silva, 1942 - Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

22 Expressão retirada do título do livro de Gerson Moura, Tio Sam Chega ao Brasil (São Paulo, Brasiliense, 1983).

los navios alemães. Dentro do espírito de cooperação já mencionado, a companhia oferecia tarifas especiais para professores e alunos que fossem passar um ano completo nos Estados Unidos.

Estes primeiros programas foram a base inspiradora para a proposta de Nelson Rockefeller, que visava a criação de um órgão que assumisse papel mais ativo nas relações de "boa vizinhança" entre os Estados Unidos e a América Latina, e que enfatizasse as relações culturais (23). Foi assim que o governo Roosevelt fez nascer, em 16 de agosto de 1940, o Office of the Coordinator of Commercial and Cultural Relations between the American Republics, mais conhecido no Brasil como Birô Interamericano. Seu mentor, diretor e animador foi Nelson Rockefeller. O Birô encerrou suas atividades em 1946, mas alguns de seus projetos subsistiram até 1949 e muitas de suas atividades se tornaram parte rotineira das embaixadas americanas. O Birô gastou 140 milhões de dólares em seis anos de existência, empregando 1.100 pessoas nos Estados Unidos e 200 no estrangeiro. Compunha-se de quatro divisões: a) comunicações; b) relações culturais; c) saúde; d) comercial/financeira. A de comunicações compreendia: rádio, cinema, imprensa, viagens e esportes (24).

Nesse período, o rádio, sem dúvida, mostrava-se como o novo e cada vez mais importante meio de comunicação. Notando que os alemães haviam compreendido a penetração do rádio e suas potencialidades como meio de propaganda, o Birô também investiu fortemente nessa área. Para se ter uma idéia, em 1939, a Alemanha tinha 7 horas por semana de programas para a América Latina, enquanto os Estados Unidos possuíam 12 horas. Em 1941, os norte-americanos já irradiavam programas 24 horas por dia, com vários noticiários diários em espanhol e português. No Brasil, o *Repórter Esso*, não por acaso patrocinado pela companhia de Nelson Rockefeller (Standard Oil), ficou famoso e indelevelmente ligado à imagem de "uma fonte segura de informação". Outro órgão oficial envolvido nessa área de propaganda era o Office of War Information (OWI), criado em 1942, cuja finalidade, de forma simplificada, consistia em "produzir informações" dentro do esforço de guerra. O OWI, que Rockefeller jamais permitiu assumir o controle do Birô Interamericano, era responsável pela irradiação da *Voz da América*, que alcançou impacto mundial (25). No

"Bazooka"

DIFUSA AEREA "BIBOETA" QUE BEBVA A HISTÓRIA DO PHILCO NA GUERRA

O BAZOOKA — um novo e admirável fuzil de mão — foi desenvolvido e usado pelas tropas aliadas como arma antiaérea portátil. É fácil de transportar, mesmo sob fogo, sob o fogo do seu próprio artilheiro, e pode ser usado para atacar alvos de metralladoras, edifícios, etc.

A Philco orgulha-se de ter sido inventada de novo — a inventura — os seus excelentes fuzis e produtos de guerra, sendo como vida a participação nos empreendimentos do Exército. Isto é mais um exemplo de como a Philco está ao serviço das forças armadas das Nações Unidas. Em tempo de guerra, as dificuldades de produção, posicionamento, etc., são superadas, e o produto chega ao usuário, e o usuário sabe o que é de mais — a vitória, a vitória, a vitória — para o seu lado. — *London: Philco*

PHILCO INTERNATIONAL CORPORATION
201 Park Avenue, New York, U.S.A.

PHILCO

DE MAIORES FABRICANTES DE RÁDIO DO MUNDO

pós-guerra, a mitificação da *Voz da América*, transformada em símbolo de liberdade, heroísmo e coragem, apagou as origens não tão nobres de seu nascimento, isto é, um simples instrumento de propaganda de guerra norte-americana.

Nesses anos, assistiu-se, ainda, ao avanço das agências noticiosas norte-americanas, como a United Press e a Associated Press, que desbancaram as agências alemãs e italianas e garantiram sua hegemonia no pós-guerra. Os jornais na América Latina, que não eram auto-suficientes na produção de papel, tiveram que se submeter aos ditames norte-americanos; aqueles que não simpatizassem com a causa aliada tinham suas cotas cortadas. Nos anos da Guerra Fria, esse mesmo tipo de pressão foi utilizado para calar os que assumiram posições não-alinhadas com as advogadas pelos Estados Unidos.

A revista *Seleções*, que, não por coincidência, entrou no Brasil em 1942, constituiu-se, durante a guerra, num veículo a serviço dos Aliados, iniciando uma sutil propaganda do *american way of life*. Foi responsável, em grande parte, pelas versões que circularam no Brasil da história da Segunda Guerra Mundial.

"Tratava episódios específicos do conflito, iluminando as façanhas norte-americanas: os soldados combatiam heroicamente o 'determinado e astucioso' nazista na

23 Nelson Rockefeller estivera pela primeira vez na América Latina, em 1937, numa viagem de negócios que se estendeu por vinte países. Seu objetivo principal era visitar a subsidiária venezuelana da Standard Oil. Manteve, desde muito jovem, estreitos contatos de negócios com a América Latina.

24 Ver Gerson Moura, op. cit.

25 O OWI publicou durante a guerra uma revista, para a América Latina, com o formato da *Life*, que se chamava *En Guardia* e um boletim de notícias chamado *American Newsletter*.

frente ocidental e o 'dissimulado' japonês na frente oriental. Esta versão omitiu o papel da União Soviética em momentos decisivos para a vitória dos Aliados (por exemplo, a batalha de Stalingrado em 1942 e a tomada de Berlim em 1945)" (26).

Dentro da mesma lógica, o Departamento de Estado iniciou nesse período, em vários países da América Latina, a formação de bibliotecas com revistas e livros norte-americanos, especializados em apresentar favoravelmente os Estados Unidos, sua cultura e seus costumes. Em 1940, o Birô intermediou a assinatura dos primeiros acordos que trariam especialistas norte-americanos ao Brasil para aconselhar o governo brasileiro na área de educação.

O cinema recebeu um tratamento particularmente cuidadoso do Birô, que, dentro da política da Boa Vizinhança, passou a intervir na produção e distribuição de filmes que pudessem ferir as suscetibilidades latino-americanas. O Birô censurou cenas, proibiu certos temas, sugeriu modificações em roteiros. Por exemplo, pagou 40 mil dólares aos produtores de *Down Argentine Way* para refazer certas cenas consideradas ofensivas para as platéias latino-americanas. Os tradicionais bandidos mexicanos desapareceram, como que por mágica, dos filmes de faroeste. Foi a época em que muitos artistas latino-americanos foram prestigiados pelo cinema norte-americano. Podia-se assistir ao cantor Carlos Ramirez, ou à orquestra de Xavier Cugat executando músicas latino-americanas e sendo apresentados sob uma luz extremamente favorável. Carmem Miranda se constituiu no melhor exemplo deste fenômeno, pois obteve extraordinário êxito no cinema, transformando-se em "verdadeira estrela" de Hollywood.

Dentro desse espírito, Walt Disney, cujas ligações estreitas com o Departamento de Estado se iniciavam, foi enviado à América Latina para criar desenhos animados com personagens locais e temas próximos ao gosto das platéias latino-americanas. A viagem foi documentada no filme *Alô Amigos*, onde a busca de "matéria-prima original" resultou na criação emblemática do brasileiro Zé Carioca ou do mexicano Panchito. Cenas da equipe de Disney se mesclavam a desenhos "típicos", como uma viagem de avião através dos Andes, um churrasco nos pampas, ou Zé Carioca ensinando o Pato Donald a

dançar samba nas calçadas de Copacabana.

A área de documentários foi muito valorizada pelo Departamento de Estado. O Office of War Information patrocinou uma série de filmes, supervisionada pelo exército e dirigida por Frank Capra, chamada *Por que Nós Lutamos*, que obteve grande sucesso e foi tomada como exemplo de propaganda de alta qualidade. Por seu lado, o Birô de Nelson Rockefeller produziu uma grande série de documentários que devia funcionar numa direção de mão dupla. Havia filmes sobre os Estados Unidos, preparados para o público latino-americano, nos quais se propagandeava o *american way of life*, salientando aspectos científicos e técnicos, ao lado das suas belezas naturais e organização social. Fizeram-se filmes sobre as indústrias bélica, aeronáutica, cinematográfica, siderúrgica; mostraram-se os avanços técnicos e o moderno sistema educacional. Para se tomar um bom exemplo da importância das exposições de filmes, o Birô patrocinou, no Brasil, apenas no ano de 1943, 8.698 sessões de cinema para aproximadamente 5 milhões de espectadores (27).

Os documentários sobre a América Latina, que deviam ser mostrados nos Estados Unidos, principalmente nas escolas, especializaram-se em construir uma imagem "positiva" dos latino-americanos (28). Segundo a ótica do Birô, era preciso mostrá-los como batalhadores do progresso e da modernização, advogados da educação técnica, defensores de altos valores morais e das tradições da família. Em uma palavra, os latino-americanos deviam ser vistos como "civilizados" e, portanto, não tão distantes dos padrões compartilhados pelos norte-americanos. Um documentário, por exemplo, louvava as práticas modernizadoras de um fazendeiro chileno - que aparecia sorridente e próspero - comparando-as aos velhos e obsoletos costumes tradicionais. Outro mostrava cenas familiares no Brasil, em que se apontavam costumes considerados um tanto tradicionais, mas inteiramente aceitáveis, que trazia a sutil mensagem de que os latino-americanos não eram assim tão diferentes dos vizinhos do norte (29).

Merecem especial destaque os documentários sobre a borracha. Pelos acordos econômicos assinados em 1941, o Brasil obrigava-se a vender aos Estados Unidos, pelo período de dois anos, toda a produção de certas matérias-primas estratégicas; entre elas, a borracha, que se tornara absolutamente es-

26 Cf. Mary Anne Junqueira, "Modernidade e Progresso na Revista 'Seleções'", texto mimeografado, março de 1995. Seleções apareceu espanhol em edição mexicana, em 1940.

27 Cf. Gerson Moura, op. cit.

28 Curioso é o filme inacabado de Orson Welles, recentemente restaurado e exibido, sobre a viagem de jagadeiros cearenses ao Rio de Janeiro, para falar com Getúlio Vargas, e que se baseou em fatos reais.

29 Devo essas informações à cineasta e historiadora Pennie Bender, que encontrou esses documentários na biblioteca da New York University e os está analisando para sua tese de doutoramento. Ela apresentou o *paper* "Imagining Latin America: North-American Documentaries and World War II" na VIII Jornada de Estudos Americanos, no Rio de Janeiro, em junho de 1994.

cassa depois que o Japão tomara o sudeste asiático. O documentário mais conhecido, *A Batalha da Borracha*, mostrava o processo de extração do látex e da preparação da borracha, indicava as migrações para a Amazônia de trabalhadores do Ceará e valorizava o esforço brasileiro na luta pela obtenção dessa "extraordinária riqueza natural". Em mais de uma ocasião, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado por Getúlio Vargas, colaborou com o Birô. Jean Manzon, que mais tarde se transformaria em documentarista com algum êxito no cinema comercial, era, na época, funcionário do DIP e participou das filmagens de *A Batalha da Borracha* (30).

Walt Disney também produziu, em 1944, um documentário sobre a Amazônia, *A Amazônia Desperta*, patrocinado pelo Departamento de Estado. O fio condutor da narrativa é uma viagem pelo rio Amazonas, com escalas em algumas cidades, como Iquitos, Manaus ou Belém. Interessantíssimas são as raras cenas de Fordlândia, tomadas já na época em que se constatara o fracasso do empreendimento, mas que mostravam uma cidade ideal, bem-sucedida, construída pelo esforço do progresso no meio da selva (31). As lentes insistem em mostrar aspectos urbanos da região, notoriamente conhecida por suas vastidões inabitadas; com isso foram capazes de produzir um documentário sobre a Amazônia em que os índios estão inteiramente ausentes. Segundo os cânones da época, não há qualquer menção em defesa da ecologia; pelo contrário, o tom dominante registrava a vitória do homem moderno e suas máquinas sobre a floresta subjugada. Cenas de triunfo apresentavam a derrubada de árvores, o corte de madeiras preciosas, o avanço dos barulhentos tratores mata adentro. A Amazônia é mostrada como "a última fronteira" que precisava ser conquistada pelas mãos da civilização. Anuncia-se orgulhosamente que este "Eldorado", entendido como reservatório de riquezas e celeiro do mundo, começava a despertar para a modernidade. Modernidade dirigida e capitaneada pelos Estados Unidos (32).

As práticas estabelecidas pela política da Boa Vizinhança deixam transparecer a outra face do não-intervencionismo armado. De maneira mais sutil, "moderna e civilizada", as portas para a chegada triunfante de Tio Sam foram abertas elegantemente. Com precisão,

o lugar dominante que os Estados Unidos deveriam ocupar depois da guerra foi longamente pensado e preparado pelos estrategistas norte-americanos. Muitos se manifestaram durante a guerra. Para tomarmos um exemplo, lembremos que a política de supremacia econômica no pós-guerra estava desenhada, entre outros, por Nicholas Spykman, professor da Universidade de Yale, que declarava, em 1942, ser preciso estar alerta diante das nações que, no futuro, desejassem fechar o acesso norte-americano a áreas significativas para seus interesses, especialmente no Sudeste Asiático. Sugeriu a manutenção da predominância política internacional norte-americana para garantir o abastecimento das matérias-primas de que a economia necessitava. Em 1948, O Conselho de Segurança Nacional aprovou um plano que autorizava a nova Central Intelligence Agency (CIA) a proteger as propriedades norte-americanas envolvidas com mercadorias consideradas estratégicas. Assim, a CIA passou a proteger as minas de cobre no Chile, as refinarias de petróleo na Indonésia e no Oriente Médio e as companhias de cobalto no Congo (33).

Em suma, a estrutura burocrática do Birô Interamericano não sobreviveu, mas suas práticas permaneceram. O papel intervencionista, oficialmente assumido pelo Estado norte-americano, pode ser indicado pela afirmativa de Phillip Coombs, secretário de Educação e Cultura no governo de Kennedy, que escreveu em suas memórias:

"Depois de 1938, o governo dos Estados Unidos, forçado a abandonar sua posição não-intervencionista, adotou uma política de suplementar e estimular relações culturais [também] no âmbito privado. Os anos da guerra plantaram as sementes de quase todos os programas federais de educação, ciência, cultura, assistência técnica e informação a nível internacional" (34).

No caso da América Latina, a guerra foi um divisor de águas. A presença norte-americana, fortalecida pela paranóia dos anos da Guerra Fria, tornou-se visível em todas as áreas, desde as mais diversas manifestações culturais até as mais sofisticadas relações econômicas. As "sementes" plantadas, entretanto, não deram os melhores frutos. Muitos deles, amargos ou azedos, foram engolidos à força pelos latino-americanos.

30 Cf. Gerson Moura, op. cit.

31 Fordlândia era a cidade onde moravam os trabalhadores do fracassado empreendimento de Henry Ford, que tentou desenvolver a produção da "Hevea Brasiliensis" (desde a plantação das árvores até a produção da borracha), usando métodos racionais, segundo os cânones do sistema capitalista.

32 Esse documentário também foi encontrado por Pennie Bender. Para uma análise muito interessante desse filme, ver: Barbara Weinstein, "The Amazon Awaken's: a Commentary", apresentado na VIII Jornada de Estudos Americanos, no Rio de Janeiro, em junho de 1994.

33 Cf. Emily Rosenberg, *Spreading the American Dream: American Economic and Cultural Expansion, 1890-1945*, New York, Hill and Wang, 1982, pp. 197 e seqs.

34 Citado por Emily Rosenberg, op.cit. p.203.